

O COTIDIANO ESCOLAR: DA FORMAÇÃO À SUBVERSÃO CRIATIVA

The daily school: from formation to the creative subversion

Cristiane Maira MARION¹
Luiz Carlos FLÁVIO²

RESUMO

O presente artigo visa discutir/problematizar as relações estabelecidas no cotidiano escolar. Frequentemente as práticas escolares primam pelo cumprimento das normas/conteúdos pré-estabelecidos pelas esferas institucionais. Nessa condição, omitem uma reflexão mais cuidadosa sobre como as manifestações de subversão por parte dos estudantes podem ser vistas por outro prisma que não o da alienação e do desrespeito, mas sim como a tradução de anseios/angústias/crises que revelam a própria sociedade, suas facetas de conflitos, contradições e desigualdades. Isto é, as subversões estudantis podem ser interposições e modos de questionamento da adequação das próprias práticas didático-pedagógicas, e seus conteúdos, tomados assim como inadequados como resposta aos anseios de suas realidades/universos. Desse modo, discutir a subversão criativa pode ser um exercício pedagógico que se coloca no sentido de contribuir para que se busquem caminhos nos quais os alunos sejam sujeitos da produção do conhecimento. Tal caminho pode possibilitar um melhor dimensionamento da vida concreta e sua problemática, de jeito que a educação auxilie a entender melhor a realidade, a fim de contribuir para sua efetiva humanização.

Palavras-chave:

Cotidiano escolar; subversão criativa; praxis coletiva.

ABSTRACT

This article aims at discussing the relationship throughout school life. School habits are usually complying rules/contents already established by the institutional circle. Under this condition, they hide a more careful consideration about how the overthrowing manifestations made by students may be seen from another prism rather than the alienation and disrespect but as a translation of desire/affliction/crisis, which reveal the own society itself, its facets of conflicts, contradictions and inequality. That is to say the students overthrow might be interpositions and ways of questioning about the adaptation of the very didactic-pedagogical habits and its contents, seen such as unsuitable to reply the wishes of their realities/universes. So, talking over a creative overthrowing it may be a pedagogical exercise in a way to contribute to search path where the students are subjects of the knowledge production. This path may bring a better sizing for concrete life and its problem in a manner that education enhances reality understanding, with the purpose to contribute for an actual humanization.

Key-words:

School life; creative overthrow; collective praxis.

¹ Acadêmica do 5º Ano do Curso de Geografia - Licenciatura da Unioeste, Campus de Francisco Beltrão-PR.

² Professor do Curso de Geografia da Unioeste, Campus de Francisco Beltrão-PR, e-mail: <lucaflavio@ig.com.br>

Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. (DIAS, 1984, p. 08)

Vivemos em um mundo de representações regido pelas normas sociais. Tal contexto é tido freqüentemente como condicionador de uma formação escolar de comportamentos pressupostamente alienados.

A partir da discussão dessa idéia, este artigo tem por objetivo questionar a identidade estudantil enquanto auto-reguladora da produção social e do avanço escolar na medida em que conta com elementos de subversão diante das formas e práticas didático-pedagógicas propostas cotidianamente pela escola.

Conforme Vasconcellos (2000, p. 70), o sujeito não se forma sozinho. Ele precisa da interação com o outro para vir a ser pessoa. Temos o pressuposto de que as relações com o outro estão intermediadas pelas relações com as instituições e suas normas pautadas em interesses das classes que dominam os processos sociais (economia, política, cultura etc.) em cada momento.

Por isso mesmo, nestas relações, podem vir a ocorrer a dominação, a exploração e a negação da possibilidade de existência plena do sujeito, reduzindo-o a objeto na busca de satisfação de suas necessidades freqüentemente alienadas.

Para nós, o principal dever da escola é formar cidadãos. Mas este processo não se realiza em mão única, como se a escola fosse capaz de inculcar/formar no aluno um ser acabado ao seu modo, ao bel-prazer das suas normas pré-estabelecidas à luz daquilo que é estipulado pelos interesses dominantes.

Nossa hipótese é de que a escola não consegue adentrar totalmente no mundo cognitivo do indivíduo, ou seja, na sua consciência, perfilando a qualquer custo um modo de ser dado como certo. Pois os homens portam em si espaços que são ocupados por aquilo que consideramos de grande importância no processo de constituição e mesmo de valorização (enriquecimento) da realidade social, que é a subversão ao que é imposto de fora, sem consideração de sua própria realidade e interesses concretos.

Ou seja, nesse sentido a subversão se interpõe como modo de burlar o que é dado como a forma (às vezes como se fosse a única) possível de realizar a essência do existir humano.

O ser humano é pleno de possibilidades. Por isso, é capaz de "brincar" de um faz-de-conta para que o mundo não gire só em torno das necessidades dadas de fora (no caso, pela escola). O ser humano não consegue viver só pelas suas obrigações. Ele também precisa de

um outro mundo que lhe mantenha as esperanças e lhe proporcione prazer. O que o caracteriza essencialmente como um ser substancialmente da busca, da criação, da resignificação do mundo.

Concebemos o ser humano como um ser que busca o que Cornelius Castoriadis (1995, p.14) denomina *elucidação*, ou seja,

o trabalho pelo qual os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam. Também isso é uma criação social-histórica. A divisão aristotélica *theoria*, *praxis*, *poiésis* é derivada e secundária. A história é essencialmente *poiésis*, e não poesia imitativa, mas criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar/dizer dos homens. Este fazer e este representar/dizer se instituem também historicamente, a partir de um momento como fazer pensante ou pensamento se fazendo.

Partindo dessa idéia, cremos que o domínio da escola não se atém por completo no comportamento psicológico do aluno. Esta tem de trabalhar com o que está dado, isto sim, pelas práticas sociais. E cuja realidade de busca de *elucidação* pelos homens aponta para uma constante recriação do mundo, considerando sobretudo o ser contraditório da realidade o qual engendra, também, a própria subversão.

Esta (a subversão) se coloca, assim, como uma realidade que não deve ser omitida pela escola que se quer operante em transformar a realidade de acordo com a busca da humanização do homem.

Fenomenologicamente a realidade se constitui enquanto fatos e situações que são percebidos e cujas representações não são dadas previamente, já que, por ser a mente complexa, chega a ser comparada com a silhueta de um vulto capaz de dar luz a atos falhos, incertos ou mesmo inexistentes. A compreensão do mundo se coloca como verdadeiras lutas do real com o oculto. É um constructo do universo muitas vezes intransponível entre a transmissão do conhecimento e a sua própria assimilação.

Desse modo, para ser eficiente, o processo educativo tem sobretudo de levar em consideração que a escola não ofereça o conhecimento pronto. Mas, isso sim, proponha caminhos e discussões que possam contribuir como pontos a partir dos quais se pensem formas de desvelamento/problematização da realidade constituída.

Entretanto para que se sejam tais caminhos, deve-se partir das realidades particulares dos próprios estudantes, isto é, que lhes dizem respeito. Caso contrário, não lhes tocarão a ponto de se porem para eles como caminhos-objeto capazes de atrair uma busca ou construção. A escola não avança se não partir do pressuposto de que os alunos/aprendizes são os principais sujeitos do conhecimento. E que, por isso mesmo, devem ser considerados em suas próprias contradições e vicissitudes.

Para um professor em salas de aulas heterogêneas com um grande número de alunos, guiar sua prática educativa pelos comportamentos individuais é quase impossível, já que o profissional possui tantas atividades a desenvolver exigidas pelas normatizações escolares, como os cronogramas, as avaliações e os próprios conteúdos.

É consensual a avaliação de que a escola necessita trabalhar a partir da consideração do pé de igualdade (que deveria existir) entre os alunos. Mas considerando que, dadas as diferenças entre os alunos (sociais, culturais, religiosas etc.), ela deve dispensar formas que contemplem tratamentos bastantes abrangentes, pautados principalmente no pluralismo, no afã de ensinar. Contudo, tal forma de inclusão, se não for bem elaborada, pode também significar uma maneira de excluir, na medida das opções de abordagem da realidade pertinentes aos professores.

A forma pela qual o professor pode contribuir para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra pode ser através da investigação e análise do comportamento/interesse dos alunos. Buscando impor clareza e sinceridade nas suas ações de modo que articule soluções para que, ao se aproximar do aluno, este se sinta envolvido, tanto quanto o professor, nas chamadas zonas de desenvolvimento proximal.

Segundo Vasconcellos (2000, p. 71) o professor precisa conquistar a confiança e o respeito da turma para se tornar o seu legítimo organizador. Não pode simplesmente basear-se no caráter formal de sua posição ou responsabilidade pela matéria.

Enquanto professor, é necessário perceber que a sala aula é o *locus* de formação onde nem sempre os alunos estão interagindo. E, por isso, estão às vezes dispersos.

Muitos alunos manifestam que não gostam da instituição, pois esta aparece instituída como dever a ser cumprido. Se os alunos falam de outros assuntos durante as aulas no momento da explicação do professor poderíamos avaliar que não significa total desconexão de aprendizagem. Pois neste processo pode até estar ocorrendo crescimento conforme a inter-relação humana que esteja em curso, ainda que o professor não se dê conta.

Eles podem estar trabalhando os conceitos com base na sua experiência de vida pessoal.

O aluno nem sempre se apresenta (via discurso) o professor. Ele apenas funciona como interlocutor tentando demonstrar que o sistema o está enquadrando e exigindo procedimentos morais para que seja aceito socialmente. E muitas vezes, assim, o está cerceando de um possível crescimento, que eventualmente ocorreria se postas em prática metodologias que primassem pela aproximação e inclusão negociada a partir dos interesses em jogo.

Quando Aquino (1999) fala da autoridade e autonomia na escola expõe uma constante castração do aprendizado na medida em que através do "poder" que lhe assiste, impede que os momentos de *subversão* dos alunos se transformem em momentos de crescimento e ruptura. O cerceamento que mormente é utilizado impede o crescimento, o despontar de valores latentes que os estudantes trazem em suas condutas e experiências as quais elas mesmas podem se prestar à comunhão do aprendizado dos demais estudantes.

Com efeito, ao que nos parece, o aluno transfere por meio de suas atitudes *subversivas* um inconsciente de repulsão. Como uma imagem de espelho que não é bem aquilo que aparece. Ele se expressa através da rebeldia, quando na verdade tenta dizer ao professor que o mundo está cheio de injustiças. Ou mesmo que a forma/abordagem proposta não condiz com as cores de sua realidade ou interpretação. Ou seja, sua conduta/comportamento acabam externando que as contradições estão aflorando.

O aluno percebe o mundo dos seus pais ao mesmo tempo que percebe que o que lhe foi dito sobre o certo e o errado na primeira idade não é sustentado legitimamente como deveria ser. Quando começa a crescer vê que as verdades que lhe foram ditas não são bem verdades, eram visões relativas ou mesmo incoerentes com as práticas sociais. Seus pais lhe ensinaram que não se pode matar e nem roubar, mas no exato momento que ele liga a televisão ele só houve notícias de violência. Então acaba ocorrendo uma subversão comportamental involuntária.

Nas suas atitudes contrárias às normas escolares e sociais ele demonstra a própria indignação em relação ao sistema. Ou seja, nem sempre seu comportamento é propriamente um boicote ao conhecimento que a escola tenta passar, mas pode ser endereçado principalmente às esferas econômicas e de poder (leis etc.) que influenciam na sociedade e que são geradoras das desigualdades.

No mundo moderno, com a queda da civilização patriarcal e o enfraquecimento da família, há a possibilidade de que o mestre passe a ser visto como o pai

ideal, só que com poderes enfraquecidos ou pelo menos relativizados. Na atual conjuntura se apresentam socialmente grandes contradições e conflitos. Ao lado da falta de coesão e força dos movimentos sociais, a escola aparece como um importante marco que, se simboliza os avanços e progressos técnico-científicos, ao mesmo tempo caracteriza o descontrole dessa civilização (simbolizada pelo "Pai" moderno que não consegue mais mascarar a "morte" do próprio Deus, antes todo venerado) em profunda crise existencial.

Tais contradições se agudizam no âmbito das diferenças e conflitos socioeconômico-culturais-espaciais, sendo que a própria escola acaba encarnando freqüentemente em si formas que ratificam a exclusão/separação/segregação social principalmente dos mais pobres.

Assim, nem sempre o aluno conversa com o colega ao lado só porque a explicação do professor está chata ou ruim. Às vezes pode ser porque ele cria para si, em seu mundo, significações importantes para fugir das normas que estão instituídas. Ou busca, na medida das interações (ainda que paralelas) problematizá-las. Hipoteticamente, nesta análise, para ele, neste momento, é como se todas as agruras do mundo moderno se dissippassem. E neste intervalo de tempo ele consegue dar um sentido para a sua existência através da liberdade se auto-afirmando com suas próprias decisões fortificando sua identidade, mesmo correndo o risco de ser posto na berlinda pelo professor. Às vezes, inclusive, é assim mesmo que ele tenta chamar a atenção para si, seja do professor, seja de colegas.

O problema é que as desigualdades aparecem tão nítidas e gritantes no nosso dia-a-dia que tentar resgatar valores parece utópico ou inatingível. Donde poucos professores insistem sequer em tentar tal caminho.

Vasconcellos, na obra citada, fala sobre a construção da disciplina consciente em sala de aula. A análise profunda da questão da disciplina revela que a dialética da constituição da pessoa, de um lado não se faz sozinha, de outro não pode ser a mera reprodução da outra. É uma tensão constante entre reprodução e transformação, imitação e criatividade, continuidade e ruptura, identificação e libertação, princípio de prazer e de realidade, é a busca constante de produção da existência e de superação do atual estágio da evolução da humanidade.

Por exemplo, o aluno estuda que não se deve poluir os solos com agrotóxicos. No mesmo instante em que pessoas da própria família trabalham nessas empresas multinacionais e que precisam deste emprego para sobreviver. Por que, num caso deste, não se poderia utilizar a experiência que assim se apresenta para problematizar o tema e se buscar pensar quais alternativas correspondem melhor aos próprios caminhos e anseios da humanidade?

Outro exemplo que mostra a opressão e a incerteza vivida freqüentemente pelo aluno, ante as regras escolares, é aquele onde caso o aluno tire uma nota inferior ao que lhe é exigido, ele sabe que será punido. E repetirá o ano. No mesmo instante, ele presencia tantos roubos dos cofres públicos em que governantes não precisam devolver o dinheiro, quando passam na maioria das vezes sem qualquer julgamento ou punição.

Disciplina por coação é vista como heteronomia (acreditar em tudo o que lhe é dito, em slogans e propagandas) ou seja, aceitar ser governado por outrem que não propicia a autonomia que é ser governado por si próprio, reprime-se a manifestação do ser. As práticas autoritárias têm suas raízes históricas, entre nós, desde o colonialismo predatório e impositivo. Nossas riquezas, aliás, sempre foram drenadas (roubadas) pelas metrópoles e regras econômicas mormente extorsivas de nosso trabalho.

Muitas vezes os alunos se demitem do seu papel exigindo o autoritarismo do professor, recusando-se a serem sujeitos ou co-responsáveis, mas aceitando serem sujeitos alienados. Quando a questão da subversão é vista como indisciplina ao dever, estudos psicológicos revelam que o respeito do aluno passa pela construção do respeito para consigo mesmo. Ou mesmo pelo resgate ou criação de um respeito social que só dá as caras quando se tem como quesito anterior o próprio auto-respeito pelos cidadãos, análise esta normalmente desprezada ou omitida nas reflexões escolares.

O respeito pode ser conservador ou levar ao conformismo. O ideal é que o aluno esteja atento à legitimidade do que é posto, questionando e se rebelando contra limites injustos ou arbitrários. As manifestações de subversão se põem como momentos importantes que caminham em direção à autonomia. É portanto necessária à construção da vida humana e da cidadania. Por si só ela (subversão) não existe, mas ganha sentido em um sistema que a cria como fragmentadora e reguladora das práticas sociais. Porque ele próprio (sistema) é contraditório, de vez que é essencialmente reprodutor de desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.

Se as práticas sociais têm como motor de seu próprio movimento e como suporte de sua racionalidade a contradição, o conflito e os antagonismos (LEFEBVRE, 1995), toda criação no contexto social passa pelo crescimento a partir de percebermos e sabermos aproveitar os momentos de rupturas com os *status quo*. No que tange ao contexto escolar as rupturas cognitivas passam, em certo sentido, pela subversão, a qual se imbuí, na leitura por nós trilhada, de um potencial criativo e mesmo possivelmente transformador.

Segundo Vasconcellos (2000, p. 98) o aluno tem direito tanto de reclamar da aula como prestar atenção.

Tem o direito de conversar baixo, mas também o dever de não levantar a voz, tem o direito de exigir o respeito, mas de respeitar também. Mas essa relação, antes de tudo, deve ser construída pelas práticas didático-pedagógicas que sobretudo evoquem os direitos, mas também as responsabilidades, em relação ao grupo.

Assim, quem sabe, podemos tornar a escola um lugar habilitado a construir através da subversão (criativa) uma sociedade de pessoas que tenham uma identidade capaz de não aceitar as desigualdades sociais, mas de se indignar contra elas. Porque a questão da educa-

ção passa hoje sobretudo pela busca de ressignificar o mundo, engendrando outras utopias capazes de mover o ser humano a outros patamares marcados pela valorização da essencialidade humana.

Sabendo ler e aproveitar o potencial subversivo dos próprios alunos, incentivando-os a buscar a construção da *praxis* coletiva, a escola pode assim ajudar a criar uma sociedade menos desigual onde o homem possa, quiçá, viver com dignidade, aprendendo a respeitar o outro e a si mesmo. E contribuir, desse modo, para produzir uma substância humana mais completa, realizada e feliz.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Croppa. *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DIAS, Maria Olia Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Prefácio de: Ecléa Bosí. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PUIG, José Maria. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula*. São Paulo: Liberdade, 2000.